

19ª Edição da Expolíngua Portugal

Seminário CPLP subordinado ao tema:

“A Língua Portuguesa e a Lusofonia”

Centro de Congressos de Lisboa – 6 de Março de 2009

A Importância do Acordo Ortográfico

Carlos Reis

1

1. Existe uma contradição curiosa entre a forma como vivemos a nossa relação com a língua e os termos em que a postulamos como património colectivo. Essa contradição estabelece-se pela tensão entre duas tendências antagónicas.

Por um lado, acentuamos a relevância de um uso do idioma dominado pela criatividade individual e pela propensão para introduzir na língua elementos de diferenciação, sobretudo no léxico, mas também, algumas vezes, no que toca às articulações fonológicas. Já quanto à ortografia, o caso muda de figura: impera nela uma estrita consciência do erro, apoiada por instrumentos – p. ex., os prouduários ou os correctores informáticos – que servem para regular as grafias.

No pólo oposto, está o comprazimento com que proclamamos o Português como factor de agregação do mundo “lusófono”. A magnitude deste universo dá que pensar; e é evidente que ele se configura a partir de um património linguístico comum, cuja unidade, contudo, é relativa, como, de resto, sempre acontece em circunstâncias culturais semelhantes. Aqui vale a pena introduzir desde já uma destringa: unidade não significa unicidade, confusão que alguns se esforçam por disseminar porque não leram o que foi escrito por Herculano de Carvalho (“Unidade não significa (...) uniformidade”¹) ou por Celso Cunha e Lindley Cintra, ao afirmarem “a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade”².

E todavia, parece óbvio que, num mundo reconhecido como globalizado, a consolidação de grandes blocos geo-culturais pode ajudar a salvaguardar interesses comuns, bem como singularidades no interior desses blocos, em domínios que estão para além da língua, mas que com ela se articulam: na literatura, nos negócios, na diplomacia, nas organizações internacionais, na ciência, etc. No caso de um idioma com o trajecto histórico do Português (poderei voltar a isto, para desarmadilhar as comparações do costume, com o espanhol e com o inglês), essa consolidação não se faz sem instrumentos reguladores. Como quem diz: há idiomas cuja afirmação depende também de opções estratégicas que ajudem a compensar o poder hegemónico de duas ou três línguas com dimensão efectiva ou tendencialmente global. Sabemos bem quais são essas línguas, nos nossos dias (o inglês, o espanhol); supõe-se que, no futuro, serão também o mandarim e o árabe.

2. É no equilíbrio instável entre uma tendência inovadora (ou “libertária”) e uma tendência reguladora (ou “normalizadora”) que as grandes línguas de cultura vão fazendo o seu caminho; e é da gestão daquele equilíbrio que depende a possibilidade de um idioma como o Português preservar alguma coesão, sem prejuízo da tal criatividade. Sabem-no bem os professores que quotidianamente convivem com a necessidade de explicar aos seus alunos que a famosa pontuação de José Saramago ou o léxico de Guimarães Rosa têm razões literárias que a razão gramatical e vernacular desconhece.

Estas são as bases em que fundo a presente reflexão, remetendo para questões de índole histórica, sociolinguística e político-cultural, todas conduzindo a decisões de política linguística que são determinantes para a adequada resposta solicitada por aquelas questões. A entrada em vigor de um acordo ortográfico entre os países de língua oficial portuguesa é, neste contexto, uma decisão estratégica de capital importância.

Sei bem que há razões de vária ordem que podem interpor-se entre a grande razão estratégica que motiva o acordo ortográfico e a sua efectivação. Razões de índole educativa, razões de natureza económica, razões de feição simbólica, razões afectivas, até mesmo razões técnico-linguísticas. Todas elas merecem ser apreciadas; nenhuma delas chega, só por si, para pôr em causa as consideráveis vantagens de um instrumento que seguramente ajuda a decidir esta coisa muito simples: queremos ou não queremos que a Língua Portuguesa exiba a coesão relativa que ajude a viabilizar a sua existência plurinacional, multicultural e pluricontinental, com estatura e com estatuto na cena internacional e com as vantagens políticas, económicas e culturais daí decorrentes? Se queremos, então vamos em frente com o acordo ortográfico; se não queremos, então esqueçamos o acordo ortográfico.

3. Chegado a este ponto, lembrarei algumas coisas simples

Primeira coisa simples: um acordo é, por natureza, um acto positivo, envolvendo um sentido de entendimento que importa enaltecer e não menosprezar. Segundo: um acordo não é uma dogmática unificação de procedimentos, é um encontro de vontades, fundado no reconhecimento da dignidade das partes. Terceiro: um acordo implica disposição para o diálogo e para abertura, não o fechamento em comportamentos autistas. Quarto: um acordo implica também o pragmatismo que leva a que se concorde no que é possível concordar, sem prejuízo de diferenças que não põem em causa o essencial da concordância. Por fim: se um acordo incide na ortografia, então ele visa aquele domínio linguístico que é mais convencional e susceptível de reajustamentos rapidamente incorporados pelo uso. O que está em causa neste acordo ortográfico é aproximar a grafia da articulação fonológica (aproximar, não identificar) ou, noutros termos, o modo como escrevemos do modo como falamos. Já o perguntei e repito-o agora: há alguma ofensa cultural, se passo a escrever “elétrico” em vez de “eléctrico”? Houve desrespeito pelo idioma de

Alexandre Herculano, pelos legisladores do Liberalismo ou pelos cidadãos letrados seus contemporâneos, quando passámos a escrever “fósforo” ou “exausto”, em vez de “phosphoro” ou “exhausto”?

4. A estas perguntas acrescento outras que, para mim, são claramente retóricas.

Primeira pergunta: deve Portugal manter-se agarrado a uma concepção conservadora da ortografia, como se ela fosse o derradeiro baluarte da identidade portuguesa? Depois: serão os interesses económicos (como os das editoras), por muito respeito que me mereçam, absolutamente determinantes para condicionarem decisões de amplo alcance e alargado espectro cultural? E podem alguns portugueses persistir em encarar o Brasil como um parceiro menor neste processo ou até como um inimigo? É curial ou inteligente ignorar o muito que o Brasil faz, por muitas vias, para a afirmação internacional da Língua Portuguesa? É politicamente acertado ignorarmos a crescente aproximação, em vários domínios e também no do idioma, dos países africanos de língua oficial portuguesa em relação ao Brasil? E por fim: tem Portugal o direito de colocar obstáculos, as mais das vezes artificiais ou fundados em preconceitos, a um entendimento que não afecta identidades nem legítimas singularidades linguísticas?

5. Posto isto, enuncio algumas questões impertinentes e uma traumática, tentando seguir uma trajectória que vai do particular para o geral.

Primeira questão: a das deficiências do Acordo Ortográfico, que é também a das imperfeições da língua. As línguas não são entidades perfeitas; nenhuma língua o é, antes de mais porque qualquer língua é um produto dos homens – que são seres imperfeitos. Projectam-se nas línguas pequenas incoerências e discretas contradições, discrepâncias e dúvidas persistentes. Por isso mesmo, existem instrumentos de regulação e de clarificação (dicionários, gramáticas, prontuários, etc.) que nos ajudam a lidar com as dificuldades, com

as excepções e com as imperfeições das línguas. Em certos momentos, procuramos, invariavelmente de forma árdua e não raro controversa, estabilizar a língua, sabendo que o fazemos sempre de forma algo artificial, para tentarmos disciplinar um bem que não é individual, mas colectivo.

Foi assim em 1990, quando um grupo de reputados académicos, linguistas e historiadores da cultura propuseram um acordo ortográfico que superava, corrigindo-a, uma proposta anterior (de 1986), porventura excessivamente “interventiva” e redutora (a propósito: alguns testemunhos que hoje são citados como reportando-se ao acordo de 1990 referem-se ao de 1986. Basta verificar as datas; e é bom ser rigoroso com elas).

6. Segunda questão: a questão dos escritores ou a enganosa apologia da liberdade linguística.

Não raro ouvimos fazer a apologia da irrestrita diferenciação, dentro do vasto universo linguístico do Português. E ao valorizarmos o enriquecimento idiomático determinado pelos usos “excêntricos” (num sentido não depreciativo) do Português, erigimos esse poder criativo em regra (ou melhor: anti-regra), no limiar da total desregulação. É aqui que entra a questão dos escritores e da sua natural vocação para a subversão linguística; só que a criatividade linguística de Ondjaki, de Mia Couto, de Lobo Antunes ou de Raduan Nassar desenvolve-se no quadro da criação literária, lá onde as normas morfosintácticas, os repertórios lexicais ou as convenções semânticas podem ser livremente subvertidos, sem controlo que se tolere. E também, se assim o desejarem a própria ortografia.

Dir-se-á (e é verdade) que aquela vocação subversiva é quase sempre inspirada pela capacidade de “escutar” a vibração da língua viva, com incorporação literária de elementos dialectais e de variações sociolectais; a isto acrescento que aquilo que a literatura deforma ou refigura, pela sua dinâmica inovadora, só lenta e cautelosamente é ratificado pelo uso colectivo, sempre

apoiado em instrumentos normativos. São eles que, por fim e goste-se ou não, asseguram a coesão possível do idioma que, sem essa coesão, teria tantas “normas” quantos os seus falantes. E isto também no campo da ortografia.

7. Terceira questão: a questão da indústria editorial e da boa saúde dos livros com que ela nos brinda.

Todas as contas feitas, não partilho do apocalíptico pessimismo dos que profetizam uma hecatombe bibliográfica, com milhões (assim mesmo) de livros “lançados ao lixo”, por causa das mudanças trazidas pelo Acordo, mudanças que, para alguns, umas vezes são excessivas, outras vezes são meramente residuais, dependendo das ocasiões. Não haverá tal hecatombe; nunca se viu nem verá tal coisa, porque um generoso período de transição assegura o pacífico convívio de livros pré-Acordo com livros pós-Acordo. Há memória de alguma biblioteca ter sido destruída quando o Acordo de 1945 entrou em vigor em Portugal? Alguém inutilizou algum livro quando passou a escrever “afrito” em vez de “aflicto”, “quer” em vez de “quere”? E foi impossível fazer conviver por algum tempo as grafias “mãï” e “mãe”?

8. Quarta questão: a questão dos brasileiros, questão que inclui o medo das “cedências”. Isto para já não falar num outro “argumento” que de vez em quando ainda assoma: o de que por causa do Acordo Ortográfico passaríamos a “falar como os brasileiros”. “Como os brasileiros” fala-se nas telenovelas da Globo, sem escândalo público e até com notórias consequências lexicais, se olharmos com atenção para o Português que se fala em Portugal. Vale a pena repetir o óbvio: um acordo ortográfico não implica que se *fale* como os brasileiros; as suas consequências, no plano fonológico (no do sotaque, para nos entendermos), são praticamente nulas e inexistentes, no domínio da sintaxe. Ou seja: naqueles âmbitos em que os brasileiros “falam como brasileiros”.

Há um complexo que, no fundo, persiste entre nós: o de uma concepção da Língua Portuguesa como património exclusivo dos portugueses. Ora não só o idioma não é propriedade exclusiva dos portugueses como o seu futuro depende (e muito) da capacidade de afirmação internacional de outros países que não Portugal. Por exemplo: de um país com o potencial económico e geopolítico do Brasil. Os traumas anti-brasileiros são intoleráveis e absurdos, sobretudo quando temos presente o notável exemplo de cooperação de dois eminentes linguistas, um português e um brasileiro, Celso Cunha e Lindley Cintra, que escreveram a modelar *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

9. Por fim, quinta e última questão, a questão do espanhol e do inglês ou as comparações absurdas.

Ouçõ dizer: o Inglês não tem acordo ortográfico e passa muito bem sem ele. Omite-se aqui que as oscilações ortográficas em Inglês (que, aliás, estão dicionarizadas) são muito reduzidas e também que, nele, a relação entre grafia e pronúncia é muito mais convencionada do que em Português; e falta aprofundar um pouco a questão, para chegarmos a uma resposta óbvia: o Inglês não tem acordo ortográfico, porque simplesmente não precisa dele. E não precisa porque o seu esmagador poder linguístico é sobretudo um efeito de outros poderes que arrastam e praticamente impõem aquele poder linguístico: o poder político, o poder económico, o poder tecnológico, o poder cultural, etc. Numa palavra: o poder.

No caso do Espanhol importa ir um pouco mais longe e lembrar que a emancipação política da América Latina de colonização espanhola conduziu à fragmentação em cerca de uma vintena de países. Isso permitiu a sobrevivência de Espanha como uma espécie de “metrópole” europeia com um certo ascendente no plano linguístico; um ascendente que se reforça pelo labor de uma vigorosa política de difusão da língua, com a qual Portugal muito tem a

aprender. Nessa política de língua intervém a Real Academia Española, sendo inequívoco que esta última tem, no universo da Língua Espanhola, um prestígio normativo considerável: tenha-se em vista a capacidade de determinação e também de incorporação lexical que o Dicionario de la Lengua Española possui, no vasto universo que cobre, valendo por um amplo, tácito e respeitado acordo linguístico. Acresce a isto que, nos nossos dias, a Espanha é também uma potência económica, o que ajuda a fazer do Espanhol (e já não apenas naquele vasto espaço post-colonial, note-se) uma espécie de “inglês latino”.

10. Termino. Sei bem que a ortografia e os seus reajustamentos (algo que periodicamente acontece na história das línguas) contendem com diferentes, às vezes melindrosos interesses: de editores, de educadores, de escritores, etc. De todos estes e também do cidadão comum, para quem, quase sempre subconscientemente, o idioma é um repositório de representações, de atitudes simbólicas e mesmo de traumas assentes em séculos de uso e de relacionamento intercultural. Sei disso e a tudo isso há que estar atento, mesmo com a noção de que em certos momentos históricos alguns deles têm que ser sacrificados, em favor de outros.

Torna-se, por isso, absolutamente necessário que a questão do Acordo Ortográfico seja perspectivada não apenas *de dentro para dentro*, mas sobretudo *de dentro para fora*. Ou seja: pensando o Português em função de um mundo mais amplo do que o país que lhe deu origem. E sendo assim, que a questão seja vista também como um desígnio colectivo e não reduzida à estreita defesa de interesses particulares ou à expressão de sensibilidades irritadas. O que está em causa é um acordo estratégico, não uma unificação linguística absoluta, do mesmo modo que pensar uma língua sem regulação é convidar à sua rápida fragmentação. Seguramente, não é isso que queremos.

¹ Cf. *A Língua como Factor de Unidade*, Coimbra, 1968, p. 12,

² Cf. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 17^a ed., Lisboa: Edições João Sá da Costa: 2002, p. XIV.